



## ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Trigésima Quarta Primeira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta e Um da Trigésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 11/2023, do Poder Executivo; Ofícios nºs 395, 396 e 425/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 143/2023, da Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Pedro Kemp e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados João Mattogrosso, Zé Teixeira, Neno Razuk, Lucas de Lima, Gerson Claro e Gleice Jane. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Gleice Jane e Pedro Kemp. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 19/2023, de autoria do deputado Jamilson Name. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 167/2022, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 223/2022, de autoria do deputado Jamilson Name; Projeto de Lei nº 86/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 110/2023, de autoria do Poder Executivo, apensado ao Projeto de Lei nº 95/2023, de autoria do Tribunal de Contas. Foi pedido vista pelo deputado Antonio Vaz do Projeto de Lei nº 76/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Rafael Tavares, endereçada ao senhor Gustavo Gayer pelo trabalho árduo em defesa das crianças e contra a ideologia de gênero; requerimentos de informações, de autoria do deputado Rafael Tavares; indicações, de autoria dos deputados Rafael Tavares, Junior Mochi, João Mattogrosso, Zé Teixeira, Jamilson Name, Zeca do PT e Renato Câmara. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, três de maio do ano de dois mil e vinte e três”. Senhor presidente, eu vou



pedir para retificar a ata relativamente ao Projeto de Lei nº 76/2023, com a observação de houve um pedido de vista pelo deputado Antonio Vaz. Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 04 de maio 2023: Ofício nº 142/2023, do Poder Executivo, encaminhando para análise e parecer desta Casa de Leis os documentos relativos ao Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul (Fundersul); Ofício nº 426/2023, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações dos deputados Junior Mochi, Lucas de Lima, João Mattogrosso, Jamilson Name; Ofícios nºs 427 e 435/2023, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Neno Razuk e Rafael Tavares; Ofícios nºs 773 e 793/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo a indicação do deputado Lucas de Lima. Senhor presidente, está lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Bom dia, senhor presidente e colegas deputados. Eu vou registrar uma moção de pesar, além de outra moção que a princípio seria para amanhã, mas que eu gostaria que viesse para a pauta de hoje. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, e nos termos regimentais, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da jovem Karolina Silva Pereira. A moção deverá ser encaminhada à mãe, senhora Patrícia da Silva Leite, redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada estadual Gleice Jane, manifesta o seu mais profundo pesar pela perda trágica de sua amada filha, vítima de feminicídio. É com imensa tristeza que testemunhamos mais uma vida preciosa sendo ceifada pela violência de gênero, fruto do machismo estrutural. Comprometo-me, como representante política e defensora dos direitos das mulheres, a intensificar a luta contra essa violência inaceitável. Sua filha não será apenas mais um número numa estatística; farei tudo ao meu alcance para que sua memória seja honrada, para que possamos construir uma sociedade em que todas as mulheres possam viver sem medo. Neste momento sombrio, reitero meu apoio e solidariedade a você e sua família. Conte comigo para enfrentarmos juntas essa batalha pela igualdade de gênero e pela justiça". A outra moção é endereçada à senhora Ednamar Braga de Oliveira, mãe do jovem Luan Roberto de Oliveira, que também foi vítima nesse mesmo episódio, nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada estadual Gleice Jane, do Partido dos Trabalhadores (PT), manifesta seu mais profundo pesar aos familiares e amigos de Luan Roberto de Oliveira. Expressamos nossos sentimentos pela perda do jovem que, em decorrência do crime de feminicídio contra a jovem Karolina Silva Pereira, teve sua vida ceifada pela violência de gênero. O feminicídio



mais uma vez acomete familiares, amigos e pessoas próximas às vítimas, deixando dor, sofrimento e perdas irreparáveis a todos os envolvidos. Neste momento de dor, prestamos nossa solidariedade e condolências. Reforçamos que a memória de Luan será um constante lembrete de apoio e amizade. Desejamos que a força da família os guie nesse momento difícil". São duas vítimas de feminicídio, e eu gostaria de dizer que aqui em Mato Grosso do Sul, ano passado, foram 43 histórias de feminicídio, 28% a mais em relação ao ano anterior, 2021. Mato Grosso do Sul bateu recorde no número de casos de feminicídio de 1º de janeiro de 2022 a 28 de dezembro do mesmo ano, sendo que 13 dos 46 casos registrados deram-se na cidade de Campo Grande. Esses dados nos mostram quão séria está a situação. Essas mulheres têm nome, têm uma história, têm família, elas não podem ser consideradas frios dados de estatística. Nós precisamos encarar essa situação com cuidado, com um olhar humanitário, que é o que as pessoas merecem. Quando uma mulher morre, todas sofremos; e nesse caso temos duas vítimas de uma situação extremamente violenta. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor Presidente, quero apresentar uma moção de apoio aos trabalhadores em educação de Corumbá, endereçada ao Sinted, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Corumbá, pela mobilização em prol da garantia de melhores salários, compatíveis com a Lei Federal nº 11.738/2008, que é a lei do piso nacional do salário; e melhores condições de trabalho, como uma melhor estrutura física das unidades escolares e a disponibilização de materiais pedagógicos. A Lei do Piso Salarial foi aprovada, em caráter definitivo, em 2 de julho de 2008, resultado de uma luta histórica de muitos anos dos educadores brasileiros e de um amplo debate envolvendo a sociedade e os gestores das três esferas de governo e o parlamento. A referida legislação possibilita a efetivação do disposto nos artigos 3º e 206 da Constituição federal, sendo um importante instrumento para erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, garantir a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola e valorizar os profissionais da educação escolar. Além do cumprimento da lei do piso, a mobilização dos professores da rede municipal de ensino tem como pauta melhores condições de trabalho, tanto no que diz respeito a estruturas das escolas bem como quanto à disponibilidade de materiais pedagógicos. Sendo assim, esta moção reitera o compromisso deste Parlamento em defesa da promoção da educação pública de qualidade e expressa seu apoio na luta pela implantação da Lei nº 11.738/2008 na sua integralidade, com melhores condições de trabalho para os educadores e maior qualidade de ensino para a comunidade. Essa moção de apoio visa a fortalecer a luta dos trabalhadores em educação de Corumbá, que estão tendo dificuldades inclusive para dialogar com o Executivo municipal, que até agora não agendou nenhuma reunião de negociação com eles. Os sindicatos têm feito uma mobilização no sentido de sensibilizar o prefeito, bem como a sociedade, para a sua pauta de reivindicações. Era o que tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Rafael Tavares.



**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas. Bom dia a quem acompanha a nossa Sessão. Eu quero parabenizar o DOF de Dourados, por ter cancelado o CPF de três criminosos na cidade de Dourados, que entraram em confronto com a polícia. E também o Garras, que fez uma apreensão de 650 quilos de maconha, retirando a droga de circulação. Parabéns a nossa polícia de Mato Grosso do Sul. Somente isso, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Bom dia, presidente Paulo Corrêa. Bom dia aos colegas presentes à Sessão de hoje, quinta-feira, e aos que nos acompanham pela Rádio e TV Assembleia. Senhor presidente, eu quero encaminhar uma indicação à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando com urgência o encascalhamento das ruas do bairro vila Fernanda, sobretudo da rua Poente. Essa é uma reivindicação que chegou ao nosso gabinete por uma moradora, a senhora Thaís de Matos. O segundo registro é de uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao presidente do Costa Rica Esporte Clube, senhor André Baird, pelo título de Bi-Campeão Sul-Mato-Grossense de Futebol, conquistado neste domingo. Parabéns também ao prefeito Cléverson e a todo o município, que hoje está em festa por essa conquista. Por último, senhor presidente, encaminho uma moção de pesar aos familiares da jovem Karolina, que lamentavelmente perdeu a vida anteontem, assassinada pelo seu ex-companheiro, ex-namorado, que acabou atirando no amigo dela, colega de trabalho (filho de um ex-aluno meu), o Luan, com 22 anos. Ela já vinha sendo ameaçada de morte, e todo dia um colega, na tentativa de protegê-la, a acompanhava na volta para casa. Daí o seu ex-namorado, com uma semana e meia de separação, lança-se numa tresloucada ação que culmina nesse desfecho trágico, tirando a vida de dois jovens. Então, em que pese a Lei Maria da Penha, em que pese o esforço de trabalho do governo, da Casa da Mulher Brasileira, que tem feito um trabalho brilhante, em que pese o esforço do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, desta Casa — e Vossa Excelência, deputado Paulo, na condição de presidente, fez um trabalho brilhante com a subsecretaria, dando-nos toda a infraestrutura para que pudéssemos trabalhar na perspectiva da conscientização —, infelizmente a gente vê esse crime se repetindo cada vez mais: a gente nem sabe mais o que fazer. Lamentamos profundamente o que aconteceu e encaminhamos essa moção de pesar aos familiares da jovem Karolina. Era o que tinha. Muito obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Bom dia, senhor presidente e nobres deputados. Eu trago algumas indicações. Indico à Mesa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de



Educação, Professor Hélio Queiroz Daher, solicitando que seja verificada a possibilidade da realização de obras de ampliação na Escola Estadual Delfina Nogueira de Souza, no município de Nova Alvorada do Sul. Justificativa. Trata-se de um pleito encaminhado pela Associação de Pais e Mestres (APM) e pelo diretor da escola, com o objetivo de viabilizar obras de ampliação para a construção de um auditório, de uma sala apropriada para os ensaios dos estudantes e para as apresentações da orquestra municipal da escola, fomentando-se assim a cultura do município. Sem mais, presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, devidamente paramentado na Sessão on-line, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Bom dia, presidente e nobres colegas. Apresento um requerimento. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, que seja encaminhado requerimento ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), senhor Rafael Vitale Rodrigues, solicitando as seguintes informações a respeito do contrato de concessão (Edital nº 05/2013) celebrado com a empresa CCR MSVia para gerenciamento da BR-163 (trecho da divisa entre MT e MS, ao norte, até a divisa de MS e PR, ao sul): 1. Quais cláusulas do referido contrato a empresa CCR MSVia descumpriu? 2. Quais multas foram aplicadas em decorrência desses descumprimentos? 3. Como será realizada a cobrança dos valores referentes a essas multas? Senhor presidente, essas são algumas questões que ainda não são do conhecimento público. Nós fizemos uma pesquisa para entender quais foram as obrigações que a empresa não cumpriu para ter sido multada em mais de 380 milhões de reais. Então, para que possamos abrir essa caixa-preta, lançar luz sobre os descumprimentos da CCR, precisamos ter esses documentos em mãos. No entanto estamos tendo dificuldade para obter tais informações, daí a razão do requerimento, por esta Casa, para que possamos compreender melhor as ações movidas pela ANTT, além de outras instituições, contra a CCR. Era o que tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, declaro-o encerrado. Por uma questão de ordem, gostaria de solicitar aos líderes e aos membros da Mesa que dia 9, próxima terça-feira, no final da sessão, às onze, façamos uma reunião na sala de reuniões — deputado Marcio Fernandes, deputado Londres, deputado Jamilson Name, deputado Paulo Corrêa, Renato Câmara, Pedro Kemp. Vamos fazer essa reunião para definirmos alguns temas administrativos da Casa. Então ficamos assim: terça, dia 9. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE...** Pela ordem, com a palavra o nobre deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Senhor presidente, a deputada Gleice apresentou uma moção com relação ao brutal assassinato da jovem Karolina, e como eu tenho uma ligação muito grande com a família, com a permissão da deputada, eu gostaria de assinar com ela a moção.



**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Democraticamente, como sempre, concedo a palavra ao deputado João Mattogrosso, voltando ao Pequeno Expediente.

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB)** — Obrigado, presidente. Eu não poderia deixar de fazer a leitura de uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja enviada moção de congratulação à senhora Roseane Modesto de Oliveira, a Rose Modesto, por sua nomeação como superintendente da Sudeco, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, sendo a primeira mulher a assumir o cargo, no dia 2 de maio do corrente ano. Com um orçamento de quase 170 milhões, a pasta representa os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, sendo responsável por definir objetivos, metas econômicas e sociais, a elaboração de desenvolvimento e formação de programas e ações com outros órgãos do governo federal visando ao crescimento da região...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu pediria a Vossa Excelência — obviamente se o deputado Rinaldo permitir, não sei se ele concorda —, que façamos esta moção em nome da Casa. Deputado Rinaldo, concorda?... Eu não tenho dúvida que a ex-deputada Rose Modesto, ex-vereadora, ex-vice-governadora, vai prestar um grande serviço para Mato Grosso do Sul, com o apoio do ex-governador Zeca. Vamos fazer então essa moção, a ex-deputada pode contar com esta Casa no desenvolvimento dos trabalhos por Mato Grosso do Sul e pelo Brasil.

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB)** — Com toda a certeza. Registro só mais uma, sem querer abusar da boa vontade de Vossa Excelência. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Excelentíssimo desembargador Paschoal Carmello Leandro, por sua posse como presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, a partir do dia 4 de maio do corrente ano. Aprovado em concurso público para a magistratura, foi nomeado para o cargo de juiz substituto em 1983, tendo iniciado o exercício da judicatura na circunscrição de Aquidauana. Atuou como juiz de direito, em 1984, em Rio Brilhante; em 1986, em Jardim; e em 1990, na Comarca de Campo Grande. Desde 2017 exercia a função de presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, e foi presidente do TJMS no biênio 2019/2020. Atualmente estava como vice-presidente do TRE sul-mato-grossense. Por sua trajetória de alta relevância, doutor Carmello é merecedor desta honraria da Casa Legislativa. Era o que tinha, senhor presidente.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.



**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — O deputado Zé Teixeira me pediu para incluí-lo na moção, e eu queria dizer a Sua Excelência que é um prazer tê-lo também assinando essa moção, e o convite está feito aos demais deputados que também quiserem assinar; sobretudo porque a pauta exige de nós uma reflexão e um comprometimento. Obrigada.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Também gostaria de assinar a moção. Infelizmente temos aí mais um feminicídio acontecendo em Campo Grande, o que muito nos entristece. Gostaria muito de assinar com Vossa Excelência, deputada Gleice. Também quero parabenizar a ex-deputada Rose Modesto pelo cargo, subscrevendo a moção de congratulação que sairá em nome da Casa. Para nós é motivo de muito orgulho ver uma mulher assumindo pela primeira vez esse posto da Sudeco. Além disso, senhor presidente, queria pedir o deferimento de Vossa Excelência para que eu pudesse ler minhas indicações, porque quando me dei por conta o tempo já tinha acabado, achei que estivesse inscrita e não estava... Primeiro faço uma indicação, juntamente com deputado Marcio Fernandes, ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Elias Verruck, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro), senhor Daniel Ingold, solicitando que sejam realizados estudos epidemiológicos e, conseqüentemente, que seja ampliado para 180 dias o prazo de validade de exames de anemia infecciosa equina e de mormo para o trânsito de animais em território sul-mato-grossense. Esta é uma solicitação muito antiga, principalmente das pessoas que praticam o esporte do laço em nosso estado. O estado de Goiás já estendeu, deputado Paulo, esse prazo para 180 dias. O deputado Marcio estava me falando que em algumas regiões não é possível estender esse prazo. Em todo o caso, que sejam ao menos estudadas as peculiaridades de cada localidade, e que a gente possa atender a essa demanda dos laçadores. Outra coisa é que ontem entrei com uma solicitação ao diretor-presidente do Imasul, senhor André Borges de Araújo, solicitando o ajuste do valor de emissão da autorização de pesca no estado levando em consideração os parâmetros nacionais. A presente indicação decorre de pedido formulado pelos vereadores do município de Iguatemi, senhores Adilson Adir Raldi, Miriam Krenczynski, Rosicléia da Silva Caprioli. Segundo um estudo que fizemos, hoje o registro de pesca junto ao governo federal é obtido da seguinte forma: 1. Categoria Pesca Desembarcada - quando o cidadão usa linha de mão, anzóis simples, carretilhas ou molinetes, etc, a taxa anual é de vinte reais; 2. Categoria Pesca Embarcada – permite o uso de embarcações na classe "recreio", pesca subaquática com uso de espingarda de mergulho, desde que praticada em mergulho livre (sem aparelhos de respiração artificial), a taxa anual é 60 reais. No âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, em verdadeiro descompasso com o estabelecido em âmbito federal, os valores são cobrados da seguinte forma: - Licença embarcada - 4 Uferms,



que correspondem a 189 reais; Licença Desembarcada - 2 Uferms (R\$ 94,80); Licença Pesque e Solte - 1,5 Uferms (R\$ 71,10); Licença Subaquática - 4 Uferms (189 reais). A diferença de preço entre a licença federal e a estadual é, portanto, bastante desproporcional, e tem gerado grandes prejuízos aos pescadores de nosso estado, sendo a adequação de preços reivindicação de inúmeras associações de pescadores, especialmente, da Associação de Pescadores de Iguatemi. Então fica aí também essa sugestão para que haja uma diminuição nesses valores. Obrigada, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registrando que nós reabrimos o Pequeno Expediente... Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, imprensa, população que nos prestigia nesta Sessão. De modo especial eu registro e agradeço a presença da vereadora Cleisymaira, do município de Rio Verde, ex-presidente da câmara, aqui juntamente com sua família (pai e filha também presentes). Muito bem. Eu faço aqui uma indicação, ouvido o colendo Plenário e nos termos regimentais, direcionada ao governador Eduardo Riedel, em função da competência de iniciativa, solicitando que seja elaborado projeto de lei para a denominação da Rodovia MS-427, Km 7, localizada no município de Rio Verde de Mato Grosso, como “Rodovia Estrada das Águas Doutor Andescleiton de Souza”. É uma justa e merecida homenagem à memória de um cidadão rio-verdense, bem como a seus familiares, que seguem trabalhando e contribuindo para o progresso e desenvolvimento da cidade desde 1989, quando José de Oliveira Souza decidiu, como empreendedor, comprar terras às margens do Rio Verde, mais conhecido como Balneário Sete Quedas do Didi. Nascido em 16 de maio de 1983, filho de Maria Paes Camargo e José de Oliveira Souza, em agosto de 1983 Andescleiton de Souza muda-se com a família para Rio Verde de Mato Grosso; investiram na cidade criando um depósito de materiais de construção, na avenida Barão do Rio Branco. Andescleiton de Souza, criado na cidade de Rio Verde desde os primeiros meses de vida, estudou nas escolas locais, cursou a faculdade de Direito, vindo a atuar na cidade que o acolhera desde tenra idade. Atuou também como professor universitário, vindo mais tarde a se tornar procurador do município, sempre muito dedicado. É uma justa homenagem, repito, a esse cidadão rio-verdense que perdeu a vida em 2015, lembrando que os investimentos familiares sempre foram às margens da supracitada rodovia. Além desta proposição, senhor presidente, apresento uma indicação, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, dirigida ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, por cópias autônomas, solicitando a viabilidade da designação de um profissional apto, para garantir a segurança dos alunos na entrada e saída das Escolas Estaduais Professora Cleuza Teodoro e Francisco Ribeiro Soares, na cidade de Pedro Gomes, em atendimento a solicitação do vereador Sandoval Oliveira, conforme proposição anexa. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja autorizado o uso da tribuna na Sessão Ordinária do próximo dia 11 de maio, pelo senhor Bruno Alves da Silva Nascimento, diretor-presidente do Sindicato dos Servidores Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul, que discorrerá sobre o Maio Amarelo, Dia Nacional do Agente de Trânsito, a valorização da atuação dos agentes de trânsito, o reconhecimento dos servidores do Detran, como



protagonistas da segurança viária no estado, e a importância de políticas públicas permanentes de trânsito para a mobilidade segura dos usuários das vias públicas. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Rafael Tavares.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Só para agradecer, senhor presidente, a todos os funcionários da Casa que se mobilizaram. Nós faríamos hoje o primeiro seminário de combate à doutrinação ideológica nas escolas, com a presença do deputado federal Gustavo Gayer. Porém sua esposa teve um problema de saúde ontem, e teremos de adiar o evento. Mas agradeço a todos os funcionários que ajudaram. Em breve divulgamos nova data. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaríamos de cumprimentar os vereadores Alexsandro Marques Cordeiro, Alex Cordeiro, Márcio Brandão Gutierrez e Marcio Gutierrez, do município de Laguna Carapã; vereadores Moacir Duquini e Daniel Cabral, do município de Guia Lopes da Laguna; vereador Ricardo Torraca, do município de Ponta Porã; vereadores Anon Lamonier, Jefferson Aislan e Ângelo Gari, com a permissão do deputado Junior, do município de Coxim; vereadora Gleice Mara Paes de Souza, do município de Rio Verde. Esta presidência agradece, é uma honra recebê-los. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria da deputada Gleice Jane: uma moção de pesar (Prot. nº 02041/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 02079/2023, 02078/2023); um projeto de lei (Prot. nº 02077/2023). De autoria do deputado João Henrique: um projeto de lei (Prot. nº 02061/2023); quatro indicações (Prot. nºs 02071/2023, 02069/2023, 02068/2023, 02067/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: uma moção de congratulação (Prot. nº 02052/2023); duas indicações (Prot. nºs 02053/2023, 02051/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: uma moção de pesar (Prot. nº 02040/2023); um requerimento (Prot. nº 02082/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma moção de congratulação (Prot. nº 02058/2023); duas indicações (Prot. nº 02084/2023, 02083/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nºs 02081/2023); um requerimento (Prot. nº 02080/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: seis indicações (Prot. nºs 02062/2023, 02063/2023, 02064/2023, 02065/2023, 02059/2023, 02043/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 02045/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 02044/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: quatro indicações (Prot. nº 02048/2023, 02049/2023, 02050/2023, 02047/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 02042/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: cinco indicações (Prot. nºs 02076/2023, 02074/2023, 02075/2023, 02073/2023, 02072/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 02070/2023, 02060/2023). De autoria do deputado Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 02066/2023).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Deputado Lidio Lopes. Transferida. Deputado Zeca do PT.



**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, só para anunciar, com muita satisfação, que transfiro meu tempo no Grande Expediente para o deputado Coronel David.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, por transferência, o nobre deputado Coronel David. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, bom dia a quem acompanha a nossa Sessão. Primeiro agradeço ao deputado Zeca do PT pela inversão do tempo. Senhor presidente, senhoras e senhores, ocupo esta tribuna hoje para fazer uma denúncia contra o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), que está financiando a invasão de terras, por indígenas, aqui em Mato Grosso do Sul. E o faço, deputado Rafael Tavares, munido de provas que comprovam a funesta ação desse órgão que é um dos braços da Igreja Católica — para minha tristeza, católico que sou. É lamentável que esse órgão esteja fugindo das atribuições para as quais foi criado para incentivar uma prática criminosa, contra cidadãos e contra o setor produtivo de Mato Grosso do Sul. Senhor presidente, no dia 7 de março, eu solicitei, através de uma indicação, ao secretário de estado de Segurança Pública e ao governador, informações sobre se havia ou não havia algum inquérito instaurado, a fim de se buscar a responsabilização daqueles que estariam financiando as invasões (ou por trás delas) que vêm ocorrendo em Mato Grosso do Sul. Na terça-feira eu comuniquei ao presidente e aos nobres pares que estavam no plenário que estaria indo à secretaria de Segurança Pública para uma reunião com o secretário Carlinhos, para tomar conhecimento das providências já adotadas pela Sejusp com relação a esses casos. Solicitei então ao secretário a cópia integral do inquérito instaurado em Rio Brillante, sob o número 51/2023, que investiga o caso como associação criminosa e esbulho possessório. Ocorre que esse inquérito foi instaurado por conta da invasão da fazenda do Inho, ali no município de Rio Brillante, fazenda inclusive que é de um amigo do deputado Zeca do PT. Tomei então conhecimento dessas informações; está aqui o inquérito instaurado pela Polícia Civil; dentro dele, termos de declaração e provas, que mostram a atuação criminosa do Cimi no incentivo e na ajuda que está dando às invasões de terras aqui em Mato Grosso do Sul. O inquérito policial traz inclusive declarações das empresas de ônibus que foram contratadas pelo Cimi para buscar indígenas em todo o Cone Sul do estado, para que lá acorressem em grande número, facilitando assim a invasão da já citada fazenda de Rio Brillante. Deputado Pedrossian Neto, aquilo que muitos já falavam à boca pequena, que o Cimi sempre esteve por trás das invasões de terra, incentivando nossos irmãos indígenas a essa prática — hoje se confirma. Isso já é do conhecimento da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul; certamente haverá responsabilização, e nós desta Casa vamos cobrar essa responsabilização para que não paire nenhuma dúvida sobre de que lado estamos, para que outras pessoas sejam desestimuladas a ajudar na prática criminosa. Tenho aqui, presidente, senhores deputados, a nota fiscal da Anjos Transporte e Turismo, de Amambai, paga pelo Cimi: dez mil reais pagos para o transporte de indígenas, para serem usados na invasão de terra. Além desta, outra empresa foi contratada: a SB Viagens e Turismo, de Dourados. Desta outra, além da nota fiscal constante do inquérito policial, eu tenho



aqui também a transferência bancária colocando o Cimi como o responsável pelo pagamento de dez mil reais de locação do ônibus que fez o transporte desses indígenas.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Pois não, deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Rapidamente, Coronel David. Primeiro quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento corajoso que faz nesta manhã de quinta-feira. Segundo, que quero dizer a Vossa Excelência e para quem nos assiste ou escuta que daqui a pouco farei uma reunião com alguns companheiros do gabinete para definir, deputado Zé Teixeira, a integralidade das minhas emendas como deputado estadual, e mais cinco milhões que consegui das emendas do deputado Vander Loubet, para destinar para os assentados da reforma agrária, para a pequena agricultura, para as comunidades indígenas e para os quilombolas, que estão lá em terra legitimada e que querem produzir, embora não tenham absolutamente nada para produzir. Quando me elegi deputado estadual, deputado Coronel David, vim com esta missão: ajudar a tornar viável a agricultura familiar em Mato Grosso do Sul e, se possível, por que não? exemplo da agricultura familiar para o Brasil. Esta é portanto a minha razão de estar aqui. Terceiro lugar. Quero dizer que me somo a Vossa Excelência no seu pronunciamento: não concordo com a invasão pela invasão. Tenho aqui em mãos a certidão do antigo Terra Sul, que acho que foi o departamento de terras de colonização da época do governo do saudoso Pedrossian, ou do doutor Wilson, que atestou ou certificou que as terras invadidas — por trás das quais estão o Cimi e outras entidades, como prova Vossa Excelência — foram adquiridas em 1854, deputado Zé Teixeira. Foi na freguesia de Miranda, na antiga província de Mato Grosso. Isto vem desde lá. Portanto, se alguém tem culpa, ou é o governo da antiga província, ou o governo central, o governo federal: certamente não são os coitados dos produtores que estão lá na posse legítima, de boa-fé, que agora na calada da noite têm suas terras invadidas por um organismo que esconde a cara, botando os índios para sofrer as consequências, para criar tumulto para um governo que veio para organizar a agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. E eu sou apoiador do governo Lula. Finalizo desculpando-me pelo tempo que tomo, e afirmando: o presidente Lula não concorda com invasão irresponsável de terra, é preciso uma justificativa muito grande para desapropriar e entregar para a agricultura familiar. Portanto, estou muito tranquilo ao fazer esse aparte a Vossa Excelência, dizendo também, agora para concluir de verdade, que estou orgulhoso de ter sido convidado (recebi do deputado Pedrossian Neto o convite) para, segunda-feira de manhã, estar na Famasul para encaminharmos aquilo for possível para resolver alguns conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul. Parabéns pelo pronunciamento que faz!

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Obrigado, deputado Zeca do PT, incorporo na íntegra o aparte de Vossa Excelência.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Permite um aparte?

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Pois não, deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Deputado Coronel David, Vossa Excelência traz à tribuna um assunto sério, muito grave. Já se tratou disso aqui, estou aqui como parlamentar faz vinte e oito anos... Esse negócio do Cimi já foi discutido aqui várias vezes. Por trás do que traz Vossa Excelência, há coisa muito mais grave ainda. O Conselho Indigenista Missionário foi criado em Dourados em 1972... Pois o falecido professor Antônio Brand, da UCDB, que já não está mais entre nós, prestou um desserviço para o estado de Mato Grosso do Sul e um desserviço para o Brasil. Essas terras foram tituladas em 1917, como é a reserva indígena de Dourados; a reserva indígena de Te'yíkue-Caarapó é de 1923, titulada pelo governo estadual aos índios, título definitivo; a etnia era proprietária como nós somos hoje, que adquirimos terra remanescente, titulada em 1940, 1930. Pois esse Antônio Brand sentou nas reservas indígenas, pegou índio de 70, 80 anos e perguntava assim: — Onde é que o senhor morou? — Eu morei na cabeceira do córrego Ipuitã... Estou dizendo Ipuitã porque lá há um conflito e eu tenho uma propriedade lá. Ele foi lá e fez uma marcação baseado na palavra do índio, dizendo que ali existia uma reserva desativada. É assim em várias bacias, é assim na bacia do rio Brilhante, do rio Amambai, do rio Iguatemi, do rio Ivinhema: há aí 123 pontos colocados por Antônio Brand, através dos índios, indicando cada local desses como reserva desativada... Estão fazendo tudo isso para usurpar terra produtiva, titulada legitimamente depois de proclamada a República e criado o estado de Mato Grosso, terra titulada pelo governo da época; e terra paga, ninguém recebeu terra do governo estadual do Mato Grosso uno de graça. Todas foram pagas, está lá na Agraer explicadinho como era o patrimônio de Mato Grosso quando foi dividido: estão lá todos os títulos emitidos pelo governo estadual e os respectivos valores recebidos pela secretaria de finanças do estado na época. Então o que Vossa Excelência coloca é uma coisa muito grave. Nosso querido amigo e ex-governador Zeca do PT fez um aparte aqui muito coerente, muito inteligente, ele que foi governador sabe do que está falando, ele tem a titulação daquela terra invadida em Rio Brilhante, que pertenceu a uma família de portugueses, cujo título é de 1854. E a polícia do estado de Mato Grosso do Sul foi lá e prendeu os agressores, por esbulho... Mas os agressores foram liberados pela juíza de Rio Brilhante; depois chegaram dois ônibus, talvez um desses aí que o Cimi pagou, e agora a terra está lá de novo invadida. E ainda queriam que o índio desse permissão para o produtor colher a soja! Está lá o adubo, sem plantar o milho, e os índios estão lá dentro da terra... Isso, na minha visão, é uma desmoralização para quem está no poder, porque isso não deveria ser permitido. Se o presidente Lula, como diz o Zeca do PT, não concorda com a agressão, não concorda com a invasão, seja de sem-terra seja de índio, ele tem de tomar providência. Porque ele agora demarcou uma porção de terra, em Goiás, no Amazonas, no Pará, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, não se mais onde; não mexeu com Santa Catarina ainda e não mexeu com Mato Grosso do Sul. Então está na hora, já que ele é o presidente de todos, inclusive do setor que sustenta esse Brasil de pé, um de criar um mecanismo que dê jeito nisso. E havendo fato determinado, nada mais justo do que abriremos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para fiscalizar o Cimi. Muito justa a denúncia de Vossa Excelência. Parabéns e muito obrigado.



**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Obrigado, deputado Zé Teixeira. Incorporo também ao meu pronunciamento o aparte de Vossa Excelência.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — Coronel, um aparte ao seu discurso?...

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Pois não, deputado.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — Primeiramente quero parabenizá-lo pela denúncia corajosa que faz. Essa questão de invasão de terra no Brasil vem se agravando — e discordo do discurso do colega — porque essas pessoas que invadem terra sentem-se amparadas pelo governo do PT. Começo por aí. E fico muito triste ao ver a Igreja Católica fazendo parte dessa situação; entendo que essa investigação tem de ir mais fundo, coloco-me inclusive à disposição de Vossa Excelência para ajudar nessa investigação — precisamos realmente descobrir quem são essas pessoas que estão financiando invasão de terra em Mato Grosso do Sul. Propriedade privada é sagrada, e temos aí uma instituição ligada à Igreja Católica incentivando invasão de terra?!... Isso é um absurdo! Eu quero aqui me colocar à disposição para ajudar nesse trabalho, para a gente mostrar que o Brasil não tolera o crime, mesmo com um presidente e um partido no comando do País que incentivam invasão de terra, invasão de propriedade. Já que o Lula é contra, ele tem de vir a público e fazer um trabalho sério para fazer cessar essas invasões. Agora, por que que no governo Bolsonaro tivemos apenas seis invasões de terra em um ano e o governo Lula já começou com toda essa bagunça?!... É porque eles estão se sentindo à vontade para fazer isso. Então nós temos, sim, de nos posicionar dentro desta Casa. Parabéns pela sua fiscalização. Estou à disposição para ajudar nesse trabalho para que possamos impedir essas agressões, proteger o produtor rural ou qualquer um que veja ameaçada sua propriedade privada. Não podemos permitir que o Brasil vire uma bagunça por conta desse governo. Obrigado.

**DEPUTADO CORONEL DAVI (PL)** — Agradeço, deputado Rafael Tavares, também incorporo na íntegra vosso aparte.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Permite um aparte?

**DEPUTADO CORONEL DAVI (PL)** — Deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Bom, queria parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz, pronunciamento corajoso, que coloca o dedo na ferida, e com uma robustez de provas. O senhor, que militou a vida toda na segurança pública, conhece a questão e aponta de maneira contundente o problema dessa instituição que há muito vem trabalhando para desestabilizar Mato Grosso do Sul, apostando no conflito, apostando em incendiar o campo. As instituições de estado não podem silenciar com relação a esse tema, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública certamente vai tomar providências; e esses que tomaram essas medidas, e aqueles que financiaram os mandantes, têm de ser trazidos à régua da lei e punidos devidamente. Nós aqui na Assembleia devemos buscar formas de resolver o

conflito, mas sempre tendo o aparelho do estado protegendo a propriedade privada — e não apenas a propriedade privada, que estamos tratando da manutenção do estado democrático de direito. Porque se existem conflitos quaisquer que sejam entre particulares, nós temos a Justiça como mediadora, nós temos o Legislativo como instrumento do diálogo. Numa sociedade civilizada é através dos canais do estado que a gente resolve os conflitos, não colocando indígenas e produtores rurais como inimigos, que não são! Foram decisões antigas do estado brasileiro que os colocaram em rota de colisão. O deputado Zeca menciona documentos que remontam a mil oitocentos e alguma coisa. Ora, como é que podemos nos responsabilizar por algo que aconteceu nessa época? Mato Grosso do Sul precisa achar formas de solução desse conflito... Nós temos algumas vertentes que podem desaguar na solução. De um lado, eu penso que está na hora, deputado Zeca, de reformularmos o artigo 231 da Constituição brasileira, que estabelece que a "União irá demarcar as terras que os índios tradicionalmente ocupam". Ocorre que o legislador, o constitucionalista, o constituinte, não definiu o que significa a expressão "terras que os índios tradicionalmente ocupam". Ele diz "ocupam", no presente, em 1988, data da promulgação da Carta Magna, não as terras que os índios tradicionalmente "ocupavam" no passado — senão esse artigo seria licença para considerar o Brasil todo como indígena. Ocorre que existe também o direito do indígena... Então que precisamos fazer? A nossa sociedade em 2023 precisa clarificar esse artigo. Se queremos fazer uma ampliação de determinada reserva, como fazer isso obedecendo à lei? Eu tenho defendido a ideia de que temos de avançar na PEC 132, que diz que a União irá responder nos termos da lei civil para aqueles que foram prejudicados por títulos que foram declarados como sendo indígenas. Nós defendemos uma prévia e justa indenização, e em dinheiro, caso o estado queira fazer uma demarcação. Se o estado quer de fato ampliar determinada área, que possa fazê-lo, mas mediante indenização, mediante o cumprimento de alguns critérios. Nós temos de debater, mas é o estado quem tem de definir isso, não podemos fazer isso ao arpejo da lei — de repente chega lá a Funai exibindo uma portaria declaratória numa terra que está numa cadeia dominial que remonta muitas vezes a antes da Guerra do Paraguai, época em que tivemos como política de ocupação do então sul de Mato Grosso a concessão de títulos para fixar a presença do império brasileiro aqui. Não é assim numa penada, com uma simples portaria declaratória, anular isso tudo, incitando os índios a invadir aqueles que não têm absolutamente nada a ver com isso. Então, repito: PEC 132. Ademais, nós temos aqui no estado o Fepati, que é o Fundo Estadual para Aquisição de Terras Indígenas, propositura do deputado Laerte Tetila, aprovado por esta Casa; daí que podemos conversar com o governo federal para que ele possa colocar recursos dentro desse Fepati para a aquisição de terras; e também podemos encontrar formas, dentro dos processos judiciais, de acordos entre a União e aqueles cujos títulos estão afetados. Eu penso que existem, sim, soluções, mas não podemos deixar que essas soluções sejam todas atrapalhadas por um grupo — como aliás Vossa Excelência, deputado Coronel David, está apontando de maneira muito contundente, muito correta — que vai incendiar o estado. Então, parabéns pelo pronunciamento! Parabéns pela coragem! Conte conosco para que possamos dar uma solução equilibrada a esse processo que tem vitimado tanto indígenas quanto produtores rurais — que, volto a insistir, não são inimigos. Nós precisamos é trazer solução para esse conflito. Muito obrigado.



**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Obrigado pelo aparte deputado,...

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Permite-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — ...vamos incorporá-lo também. Só para lhe informar, deputado Pedrossian Neto: nós, como presidente da Frente Parlamentar de Defesa do Direito de Propriedade, junto com o deputado Marcio Fernandes, que é o presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio, encaminhamos um pedido à ministra Simone Tebet solicitando a inclusão no orçamento do ano que vem de recursos para que possamos, através do estado brasileiro, da União, que tem a responsabilidade de resolver isso, indenizar os proprietários cujas terras estejam invadidas. Porque a grande maioria dos proprietários das terras invadidas, principalmente por indígenas, não quer mais a terra de volta, porque temem que as comunidades indígenas retiradas acabem voltando depois. Esses proprietários querem é ser indenizados, e eu e o deputado Marcio Fernandes estamos à frente dessa luta. Deus queira que a gente consiga obter essa vitória, que com certeza amenizará os ânimos e quem sabe assim consigamos levar a tão esperada paz ao campo. Deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Deputado Coronel David, nós instalamos aqui uma CPI do Cimi, em 2015. Eu fui a presidente, o deputado Paulo Corrêa, o relator. E ficou muito claro e evidente que o Cimi realmente incitava não só à invasão, incitava mesmo à morte dessas pessoas. Afinal qual é a responsabilidade dessa instituição, dessa organização, quando fala para uma mãe de família colocar-se à frente de uma invasão?!... Com certeza toda ação tem uma reação... Pessoas perderam a vida por uma irresponsabilidade do Cimi, dentro do nosso estado de Mato Grosso do Sul. Isso é muito triste. Antes de examinar e entender o que era o Cimi, eu imaginava que a missão do conselho era evangelizar, levar a palavra de Deus às aldeias, pregar a cultura da paz... Mas foi exatamente o contrário o que nós encontramos. No Cimi nós encontramos o incitador de invasões, de crime, colocando em risco a vida dos indígenas, incitando o sem-terra a invadir. Muito louvável trazer essa discussão. Agora, o que precisa ser feito? É sentar à mesa com os atores implicados na questão, governo federal, governo estadual, Assembleia Legislativa, Câmara Federal, para que possamos encontrar uma solução. Como disse o deputado Pedrossian Neto, nós temos formas, maneiras de solucionar o problema, nós sabemos que há produtores que não querem mais voltar a essas terras, porque não se sentem seguros. Nós não somos contra a reforma agrária, quero deixar bem claro isso, mas somos contra a invasão, contra a incitar pessoas ao crime, inclusive correndo risco de vida, somos contra a levar a insegurança para o campo, não só para os produtores mas também para os indígenas — temos de levar a cultura da paz. Eu acho que passou da hora de sentar com esses atores que mencionei e buscar de fato uma forma de resolver esse problema que ataca não só o estado, mas vários territórios do país.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Obrigado.

---

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB)** — Um aparte, deputado?

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Pois não, deputado Marcio Fernandes.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB)** — Deputado Coronel David, primeiro quero parabenizar Vossa Excelência por trazer o tema a esta Casa de Leis, essa discussão ampla, questão difícil de solucionar. Há anos viemos buscando uma solução para esse problema, entra governo, sai governo e a gente sempre na mesma expectativa de que agora vai, que se encontre finalmente um caminho viável para essas pessoas, para esses produtores que sofreram e sofrem com as invasões de terra aqui em Mato Grosso do Sul. Eu vejo que são vários os caminhos a seguir para que se tenha um resultado significativo para ambas as partes. Como coordenador da Frente Parlamentar do Agronegócio, posso dizer que esse caminho que estamos traçando, tanto nós da frente quanto o senhor como presidente da Frente Parlamentar da Reforma Agrária, é o caminho da indenização. Precisamos fazer com que o governo federal acelere o processo desses produtores que já abertamente disseram não mais querer ficar naquela propriedade, e precisam ser ressarcidos. O que é que está faltando? Falta boa intenção. Em todo caso, a julgar pelo que diz nosso ex-governador Zeca, que tem falado com frequência com o presidente Lula, há boa vontade do governo federal para resolver — pois então que faça, que mande o recurso! O primeiro passo é o dinheiro chegar para indenizar esses produtores que estão lá sem perspectiva de resolver o problema; porque a terra não têm mais, está invadida... e o recurso, com é que fica? Há quanto tempo estamos falando disso aqui? E nós abrimos esse canal junto à ministra do Planejamento, Simone Tebet, que nos garantiu que haverá um recurso específico para esse caso: eu acho que esse é um caminho para de fato começarmos a resolver esse enorme e complexo problema. Precisamos dessa resolução, esse recurso, esse dinheiro precisa chegar ao produtor rural que, com sua família, por anos e anos trabalhou para ter um pedaço de terra e agora está lá desorientado, sem esperança de ter sua propriedade de volta e sem o dinheiro que lhe permitiria adquirir outra propriedade. Parabéns por trazer esse assunto. Conte com este parlamentar, quantas vezes necessário for, para que possamos exercer essa pressão, digamos assim, no governo federal para que chegue o mais rápido possível esse recurso aqui no Mato Grosso do Sul. Parabéns!

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Obrigado, deputado. Senhor presidente, para encerrar... É um fato grave que trago ao conhecimento desta Casa. Temos um fato determinado, inclusive de molde a nos autorizar a abertura de uma CPI para apurar essas invasões. Mas entendo também, presidente, que esta Casa deve pensar nessa possibilidade apenas na hipótese de que não nos reste outra maneira de ajudar na resolução desse grave problema. Digo isso porque infelizmente já tivemos aqui outras CPIs, algumas até bem próximas de nós, que não deram em nada, que só fizeram esta Casa gastar dinheiro público em vão. Então, vamos debater esse assunto com Vossa Excelência, com as autoridades que tratam da questão. No mais, senhor presidente, informo que vou acompanhar, e pediria aos interessados que nos ajudem nisso, vou acompanhar esse inquérito, que já pontua a participação ativa do Cimi no financiamento dessas invasões. Vamos acompanhar com bastante atenção o

andamento desse trabalho da Polícia Civil e cobrar a responsabilização. Isso não pode ficar barato! Essas pessoas, esse órgão, que vêm contribuindo para levar a intranquilidade ao campo precisam ser responsabilizados. Para terminar, presidente, informo que tive acesso a algumas informações que ainda estão sendo apuradas no decorrer dessa investigação. Infelizmente, deputado Zé Teixeira, apareceram duas pessoas — uma autoridade que inclusive compõe o governo federal atualmente, e, para minha tristeza, uma autoridade eclesiástica — que sabiam dessas ações, sabiam do que vinha sendo planejado: foram cúmplices. Espero que a investigação consiga levantar os elementos necessários para responsabilizar essas duas pessoas, que a partir de agora deverão arcar com as consequências do que fizeram, por terem contribuído para essa prática criminosa. Apenas isso, senhor presidente. Vamos continuar alerta... Desculpe, deputada Mara...

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Somente mais um aparte.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Pois não, deputada.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Nós temos o relatório final da CPI do Cimi. A gente lamenta muito, porque ali, apesar de muitas coisas restarem provadas, como a incitação ao crime pelo Cimi, o Conselho Indigenista Missionário, que deveria estar fazendo a apologia da paz, a coisa não andou. Eu vou encaminhar esse relatório para que também possa ser colocado nesse inquérito, pois pode ajudar não digo na construção de provas, mas pelo menos para reforçar uma análise do que não se logrou apurar dentro desta Casa; sempre com muita responsabilidade e buscando antes de mais nada a segurança jurídica, a segurança dos nossos indígenas e dos nossos produtores — porque aqui somos todos cidadãos brasileiros, aqui não pode haver distinção, discriminação nem preconceito. Causa-me muita dor ver essas ações que criam uma separação entre os cidadãos brasileiros. Vamos encaminhar a Vossa Excelência esse relatório, da lavra do deputado Paulo Corrêa, para ajudar nesse processo com o que foi levantado na CPI do Cimi dentro desta Casa.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Obrigado, deputada, de bom grado aceitarei. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência faz questão de registrar a importância da fala de Vossa Excelência, deputado Coronel David, como nosso representante na Comissão de Segurança. Quero lhe dizer que estamos atentos a esse tema, que já inclusive foi objeto da manifestação do deputado Zeca do PT e de outros deputados, integrantes da Comissão da Agricultura, da Comissão da Reforma Agrária. Quero registrar também que ouvi atentamente a fala do ministro Carlos Fávaro sobre o assunto — é importante ouvir uma autoridade nacional no assunto —, assim como ouvi a manifestação do governador Eduardo Riedel... Só me preocupa uma questão: a expressão "invasões"... Nós tivemos essa invasão financiada, que é uma invasão de terra indígena, uma invasão consolidada no estado, e uma tentativa de invasão neste final de semana, que o governo prontamente atalhou. Então que fique registrado, que aqui não há "invasões", até porque não somos um estado sem lei, sem autoridade, e esta Casa, juntamente com o governo, não vai



permitir a disseminação de tais ações pelo nosso território. Vossa Excelência pode continuar acompanhando... Quero registrar a presença da vereadora Sumara Leal, com a permissão do deputado Paulo Corrêa, de Cassilândia; do vereador Luís Fernando e do vereador Peter, também do município de Cassilândia. Obrigado pela presença. Encerrado o Grande Expediente...

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Desculpe-me pelo equívoco, deputado, estou olhando o relógio aqui e achei que havia acabado. Pela ordem, com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Senhor presidente, só queria registrar nesta Casa, com muito orgulho, que houve eleição na CNI ontem: foi eleito um presidente da Bahia, no lugar do Robson, e como vice-presidente, eleito o Sérgio Longhi, o nosso presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul. Então queria fazer uma moção de congratulação, em nome da Casa, com a sua permissão, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela Casa: considere permitido.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda temos vinte minutos do Grande Expediente. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Desculpe pelo equívoco, Vossa Excelência tem preferência aqui na Casa.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos)** — sem revisão do orador —  
Senhor presidente, nobres colegas deputados. Venho à tribuna nesta manhã para falar sobre o projeto do nobre colega Pedro Kemp. Analisando o projeto, até parece um projeto inofensivo, bem genérico em comparação com o que se está discutindo na Câmara Federal. Aparentemente é um projeto inocente; só que ali não se define o que vem a ser fake news. Quem estará à frente do órgão que julgará isso aí? Eu votei pela constitucionalidade desse projeto na CCJR... Eu me confundi ontem, num projeto do nobre amigo deputado Rafael Tavares, votando contra o relator. Eu votei pela constitucionalidade do projeto, porque é constitucional, e aparentemente o texto é muito bom; eu mesmo já fui vítima de fake news, sei da dificuldade, sei do problema que isso causa na vida das pessoas. Mas eu quero deixar um alerta aqui para a imprensa, para todos. Hoje o governo é favorável, um governo sério, mas nós não sabemos o que vai acontecer daqui a oito, dez anos, não sei... Quem estará à frente disso? Quem vai tomar conta disso? O que estamos vendo hoje em nível nacional é que tudo é fake news; se você criticar o governo federal é fake news, se você criticar alguém do governo é fake news. Então a imprensa não vai poder falar do governo porque vai ser considerado fake news. De forma que o problema, apesar de aparentemente ser muito bom o projeto, é com os imprevisíveis desdobramentos disso

no futuro. Quem é que não gosta de um projeto que estimula a falar sobre isso, a orientar as pessoas sobre os perigos das fake news? É muito bom — aparentemente. Mas o problema é este aí, que ali não se define o que vem a ser fake news, e isso pode trazer um prejuízo enorme para muita gente, principalmente para esses sites que falam mal do governo, que criticam tudo que o governo faz — o que muitas vezes está certo, têm de fazer mesmo, têm de cobrar, mostrar os fatos; não vejo problema, erro nenhum nisso aí, afinal esse é papel da mídia, da imprensa. Mas ironicamente, eu vejo muita mídia favorável a esse projeto, principalmente ao projeto lá da Câmara Federal; e nós do partido Republicanos fomos orientados pela base federal, que são 42, a votar contra o projeto. E aqui, por falta dessa definição, eu vou votar contra esse projeto também. Concedo um aparte ao nobre deputado Rafael Tavares.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — Deputado Antonio Vaz, o que Vossa Excelência está falando soa como música aos meus ouvidos. É muito bom para esta Casa ver um deputado sair em defesa da liberdade, isso mostra que esta não é uma luta da minoria aqui dentro. Mas eu quero dizer o seguinte, eu venho das redes sociais, eu não tenho familiar na política, não tenho padrinho; sou um cidadão que me posicionava nas redes sociais e que cheguei até esta Casa. Então eu uso a liberdade da internet para me posicionar. Mas ora, a partir do momento que temos um projeto de lei aqui que vai dar poder ao estado, ao governo, a um ministério da verdade, a um censor... Aliás, aqui em Mato Grosso do Sul seria um secretário da verdade... Mas quem que é esse secretário? Ele vai gostar do que eu estou falando na rede social? E se não gostar, ele vai tratar isso como fake news? E o que é fake news?... Não temos definição sobre o que é fake news. Ah, é mentira... Tudo bem, é mentira. Mas existe uma questão de opinião, e se eu falar contrário ao governo eu posso ser tachado de mentiroso, de propagador de fake news e ser censurado! Então nós estamos aqui hoje debatendo esse assunto, esse projeto, que é um projeto de censura. O nome disso, deputado Antonio Vaz, é projeto de censura! E nós, aqui dentro desta Casa, como democratas que somos, temos de defender a liberdade acima de qualquer coisa. Então parabéns pelo posicionamento de Vossa Excelência. Estou junto nessa luta. Muito obrigado.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos)** — Vou incluir a fala do nobre deputado no meu discurso.

**DEPUTADO GERSON CLARO (PP)** — Permite um aparte, deputado?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos)** — Claro.

**DEPUTADO GERSON CLARO (PP)** — Vou pedir ao deputado Paulo para assumir a presidência... Vamos lá. Eu tenho dito que nós temos de ter responsabilidade, não podemos ter medo de nos expressar quando estamos convictos de alguma coisa. Realmente me preocupa um artigo do projeto que tramita na Câmara Federal, que trata da questão da moderação. Eu tive o cuidado de ler o projeto, 120 páginas de um relatório, não é todo mundo que foi ler... Muita gente, inclusive amigos meus, me mandaram mensagem perguntando se eu seria a favor da censura, alguns até achando que eu iria votar naquele projeto de Brasília. E eu cheguei a dizer "olha,

me desculpe, mas eu não vou discutir com quem não leu o projeto". Então, do projeto que tramita lá em Brasília, realmente um artigo me preocupa. Mas o que me preocupa mais do que esse artigo — e vou falar do projeto do deputado Pedro Kemp — é fazer espetáculo com aquilo que não é a realidade do que está acontecendo. O projeto do Pedro Kemp trata da conscientização sobre notícia falsa. O que me preocupa não é o deputado Rafael Tavares defender seus posicionamentos ideológicos, defender aquilo em que acredita, ou o deputado João, ou Vossa Excelência que é do Republicanos. O que me preocupa são redes sociais montando grupo neonazista, falando em fazer ataque a escolas, e não dispor de meios para tirar do ar esse tipo de manifestação. O que me preocupa é a pessoa colocar um nome falso no Facebook, um nome que não existe, a partir de um WhatsApp, de um chip que não dá para identificar, e começar a se manifestar, especialmente com relação a nós da classe política — isso acontece muito em período eleitoral... Nós não podemos ser contra uma legislação que vai impedir que as pessoas fiquem atacando a imagem, atacando as famílias. Quer dizer então que alguém que ataca as famílias vai ser preservado? Isso é direito?!... Não! Uma coisa é defender a liberdade de expressão... Eu não posso concordar com certos rumores; ouvi alguém dizer aí que o projeto do deputado Pedro Kemp poderia impedir alguém de ler a Bíblia... Aí a pessoa está fazendo fake news de um projeto que é contra as fake news. Não é verdade que pode acontecer isso, a verdade é que notícia falsa, injúria, difamação, calúnia, que nós políticos sofremos muito, têm de ser combatidas. Nós estamos recebendo da associação da imprensa aqui do Mato Grosso do Sul manifestação favorável ao combate às fake news. Então fake news é notícia falsa, fake news são pessoas que não existem na internet falando mal, criando grupo ou incentivando as nossas crianças... Quantos pedófilos há nas redes sociais?! Não é a liberdade de expressão que será combatida, o que vai ser combatido é o crime, a pedofilia, o combate é contra as pessoas que criam notícia falsa. Nós temos de ter a coragem de votar um processo nesse sentido. Essa é a minha manifestação, Excelência.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Em parte, presidente, eu concordo com o senhor. Eu também sou contra as fake news, como falei eu sofri com isso aí, e a instituição da qual faço parte sofre com isso diariamente e ninguém faz nada. Eu sou contra as fake news. Só que estou dizendo o seguinte... Eu concedo um aparte ao nobre deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Eu ouvi com muita atenção aqui o aparte do nobre presidente e, mesmo sem um conhecimento profundo, queria fazer uma colocação. Diz ele que estão criando grupos de nazistas para incentivar as escolas a fazer barbaridade... Pois bem, já existe a Constituição e a lei para punir os grupos de nazistas, que têm de parar com isso.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Exatamente.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — A lei é tão maior do que nós imaginamos que o Google, maior poder do mundo, na minha visão de leigo, fez uma manifestação contra o projeto que está tramitando na Câmara Federal, certo?... O que aconteceu?... A Justiça entrou com uma multa de um milhão por hora, e o Google

tirou. Então a Justiça é muito maior, pois ela tem o poder até de proibir o Google de se manifestar! E nós vamos ficar aqui discutindo?

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — De julgar, de dizer o que é e o que não é fake news.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Eu, Zé Teixeira, já fui injustiçado uma quantidade enorme de vezes. Toda vez que fui injustiçado eu fui à Justiça pedir danos morais e ganhei. Lá em Dourados eu ganhei uma ação e escrevi nas costas do cheque: "Não quero dinheiro de quem não tem caráter para falar a verdade" — devolvi o dinheiro. Eu não estou atrás do dinheiro, estou atrás da verdade, e para cumprir a verdade já existe a lei! O parlamentar que votar um projeto desses... Esse projeto do deputado Pedro Kemp, isso para mim não tem nenhuma importância, nem maior nem menor: não é assim uma coisa tão complicada. Porque está pedindo para falar a verdade. Ora, mas quem falar a mentira está punido pela lei, não precisa um projeto desses para forçar a falar a verdade: há já a lei para proibir quem mente. Se há a lei para proibir quem mente, por que que eu vou votar um projeto para falar a verdade?!... Quem mentir, a lei está aí para punir. Esta é a minha avaliação. Porque na minha visão, se esse projeto passar no Congresso, isto não tem nenhuma importância para mim, porque eu tenho berço, uma conduta de vida de 83 anos, nunca fiz nada de errado. Pelo menos é isso que eu acho. Agora eu pergunto, por que que o governo federal, em passando a lei, vai criar um conselho dele, federal, para avaliar o que que é mentira e o que que é verdade?! Já há a lei para aprovar a verdade e combater a mentira. Eu voto contra o projeto.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Obrigado deputado, Zé Teixeira, pelas palavras, que incluo no meu discurso. Nós temos, sim, de lutar contra as fake news, mas não dessa forma, dessa maneira que está sendo posta para nós. Como está a coisa, muita gente inocente será prejudicada, porque quem vai definir o que é fake news? O único problema do projeto é esse: quem vai definir o que é fake news. Muitas pessoas vão acabar pagando por aquilo que não é crime, a imprensa mesmo vai sofrer com isso aí... Eu cedo um aparte ao deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Deputado Antonio Vaz, estava aqui escutando atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência... Eu quero aqui brindar as excelentes palavras escolhidas, por prestigiarem a liberdade de expressão. Nós copiamos a primeira emenda americana, que trata da liberdade de expressão e da extensão dela. Ela é ilimitada, não pode haver nenhum senão, nenhum porém, nenhuma ressalva, nada sobre a liberdade de expressão. Como muito bem pontuou o deputado Zé Teixeira, não há nenhum órgão legitimamente capaz de fiscalizar e punir quando alguém cometer algum excesso, a gente já tem os mecanismos pra isso. A grande preocupação, deputado Antonio Vaz, são episódios como esse bem assinalado pelo deputado Zé Teixeira: não foi a Justiça que multou em um milhão por hora, foi o Ministério da Justiça! Vejam, o Ministério da Justiça ameaçou o maior portal de ferramenta de pesquisa do mundo! E isso foi suficiente para que ele tirasse do ar a sua opinião sobre um projeto de lei. Quer dizer, a Rede Globo não pode dar a opinião dela,

os jornalistas que estão aqui atrás não podem dar sua opinião se contrária a algum interesse do governo. Então, o Google, antes de mais nada, é um case de sucesso internacional; um cara abriu uma plataforma, deputado Antonio Vaz, um simples *site*, só que a inteligência dele foi tamanha que ele superou inclusive os poderes de comunicação do estado. Sabe por quê? Porque ele prestigia a liberdade de expressão ilimitada. Então, ter aqui no estado de Mato Grosso do Sul qualquer tipo de projeto que queira intervir, colocar controle estatal de alguma forma, através de campanhas, através de censura, é algo que este Parlamento tem de rechaçar. Parabéns pela fala de Vossa Excelência, acredito que o tratamento dado à liberdade de expressão na Constituição federal (estipulando, entre outras coisas, a indenização para quem cometer excesso) já está consolidado, isso já está pacificado pela nossa Carta Magna, de maneira que inutiliza esse projeto do deputado Pedro Kemp, como inutiliza o projeto que está no Congresso Nacional. E digo mais a Vossa Excelência, deputado Antonio Vaz, quando se fala de pedófilos, esta Casa fez seu dever de casa. Esta Casa aprovou uma legislação, do deputado Coronel David, para que o estado dê publicidade a quem é pedófilo, a quem cometeu o crime. Quem não está fazendo seu dever de casa é o governo do estado, ao não implementar o projeto de lei, ao não dar publicidade aos criminosos. O deputado Coronel David relatou esse problema aqui, parece-me que, passados três, quatro anos, havia o registro de três pessoas. De sorte que isso é algo que o governo do estado precisa olhar com mais cuidado e atenção, valorizando as nossas ações e legislações. Eu parableno Vossa Excelência por anunciar o voto contrário; e se esse projeto chegar a entrar em pauta, que acho que não deveria, votaria tranquilamente contra, acrescentando os argumentos de Vossa Excelência. Obrigado pelo aparte.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Obrigado pelas palavras, deputado João Henrique...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, Excelência.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Já vou terminar.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Um aparte, deputado?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Pois não, deputada.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha pela TV Assembleia. Eu quero de alguma forma colaborar com a discussão. Creio bastante oportuno o projeto do deputado Pedro Kemp para o momento que estamos vivendo, deputado Gerson Claro. Estamos vivendo numa terra sem lei, a internet se transformou num campo aberto. Como jornalista, já senti na pele as consequências das fake news. Como parlamentar municipal, enquanto vereadora, também fui vítima. Mas confesso para os senhores que ainda não tenho uma posição formada quanto a aprovar ou não o projeto. O deputado Zé Teixeira colocou muito bem que já temos normativas aí, a lei já pune as pessoas que cometem crimes virtuais. Mas há que se pontuar também que nesse

campo aberto, nessa terra sem lei, os estragos são muito grandes, e quando se chega a fazer justiça, nalguns casos, demora muito tempo e o estrago já está feito. Quando pessoas expõem outras com fotos íntimas na internet, como temos visto, quando as pessoas atacam as outras de uma forma baixa, o estrago já está feito, aquilo vem para o nosso psicológico, nosso emocional, e isso extravasa. Eu senti uma devassa na minha vida na época em que fui vítima de crimes pela internet, eu mais do que ninguém sei as consequências disso. Como falei, a lei está aí para punir quem comete crime, que é um crime como qualquer outro, mas até que isso seja concretizado, até que haja a punição, a vida da vítima já foi exposta, sua imagem já foi exposta, seu nome já foi exposto, a família sofre com isso. Eu tenho um filho especial, certa ocasião recebi um linchamento virtual, meu filho andava pelos corredores aqui de casa dizendo "por que estão fazendo isso com a minha mãe?" Então, como eu senti na pele, eu sei hoje o que é uma internet sem regras, sem parâmetros: uma terra sem lei. Confesso que, como jornalista, a minha posição é de votar a favor do projeto, mas também tenho ressalvas quanto ao perigo de isso resvalar para uma certa censura, porque por outro lado a internet é um formidável espaço para a expor nossas ideias. Confesso que estou bem dividida com relação a esse voto, provavelmente vou me abster, se o presidente disser que eu tenho esse direito. E mais um detalhe, deputado Antonio Vaz, muito pertinente sua colocação, porque desde que o deputado Pedro Kemp apresentou esse projeto na Assembleia Legislativa, eu venho recebendo nas minhas redes sociais ameaças — pessoas ligando inclusive no nosso gabinete em Campo Grande, dizendo "se você votar contra nós vamos colocar seu nome em outdoor, se você ficar em cima do muro, nós vamos fazer isso, aquilo...". Mas eu quero dizer aqui que eu não tenho medo de ninguém! Não tenho medo de ninguém, comigo as coisas não funcionam na base da ameaça, deputado Gerson Claro; isso é muito grave, as pessoas se arrogam o direito de ditar se nós devemos aprovar ou não o projeto. Então isso também é complicado. Em todo caso, no momento ainda não tenho uma opinião formada com relação ao projeto, precisava me debruçar sobre ele para ter uma opinião mais contundente. Muito obrigada pelo aparte.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Obrigado pelas palavras, nobre deputada.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Pela ordem, presidente, gostaria também de pedir um aparte.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não é mais possível aparte, já acabou o tempo do deputado. Aí na discussão, se houver a discussão do projeto, haverá a oportunidade. Para concluir, deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Quero deixar bem claro que sou contra fake news. Quero deixar isso bem claro. Não vá algum desavisado dizer que "o deputado é bolsonarista", como algumas mídias falaram. Eu votei no Bolsonaro mas eu sou uma direita bem tranquila, viu, deputado Pedro Kemp? Você sabe disso, não sou extremista, não. Mas meu partido é conservador e nós não podemos aceitar que venham impedir a imprensa de modo geral a expor o que está



acontecendo no estado. No mais, agradeço e peço aos deputados que pensem bem, analisem bem esse projeto, e votem contra. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Gostaria de registrar com muito carinho a presença do nosso deputado federal, nosso secretário de Saúde, nosso homem da vacina, Geraldo Rezende. Muito obrigado pela presença. É uma satisfação para esta Casa recebê-lo, vê-lo aqui no plenário. Só não vai poder votar, mas seja bem-vindo. Temos um deputado estadual também na Casa. Quero agradecer a presença do prefeito de Itaquiraí, Thales Henrique Thomazelli; do vereador Cícero Camilo da Rocha, também do município de Itaquiraí; do vereador Marcos Lino, do município de Bela Vista; do vereador Sandro, do município de Sidrolândia; dos vereadores Joel José Cardoso e Antônio Francisco da Silva, do município de Itaquiraí também; da professora Alessandra Ribas, vereadora do município de Laguna Carapã; do vereador Francisco Araújo, do município de Jateí; e dos vereadores Valdinei Gubert, Jefferson, o Jefinho, também do município de Itaquiraí. Agradeço a todos os vereadores, esta Casa sente-se honrada em receber vocês que representam a população do Mato Grosso do Sul na base. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 167/2022. Autora: deputada Mara Caseiro. "Inclui como conteúdo transversal, no currículo das estaduais do estado de Mato Grosso do Sul, a História das Mulheres". Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 167/2022, de autoria da deputada Mara Caseiro.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-Secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLACE JANE** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?



---

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Declaração de voto, presidente. Nós temos a reforma do Novo Ensino Médio, este parlamentar filia-se à perspectiva do Escola sem Partido, a gente tem um carinho pelas mulheres que fizeram história neste país, mas o que me preocupa é saber para quais tipos de mulher é importante a liberdade... Porque para a esquerda há certos tipos de mulher que não são motivo de orgulho — pelo menos para este parlamentar. Então acredito que uma intervenção pode causar algum tipo de distorção. Feita a ressalva, voto não.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu não deveria falar nada, deputado, porque o projeto não está mais em discussão, mas se eu entendo um pouquinho de didática, de história das mulheres, trata-se aqui das mulheres de esquerda, das mulheres de direita, das mulheres de centro, de todas as mulheres. Mas Vossa Excelência tem toda a liberdade de votar. Como vota o deputado João Mattogrosso?

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Declaração de voto, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, a autora do projeto.



**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Nós mulheres abominamos todo e qualquer tipo de fala misógina. Quantos e quantos homens não há na história que não são motivo de orgulho, os há e a gente respeita... São mulheres que tiveram a sua participação na história do Brasil, na história do estado, mulheres que construíram o que é a nossa sociedade. Eu respeito o posicionamento de Vossa Excelência, deputado João Henrique, é seu direito votar contra ou favor, mas vi na sua fala, hoje, essa misoginia. Por que é que não pode ser colocado esse conteúdo para se falar da história das mulheres?... Porque nós temos a história do homem dentro da história do Brasil, da história do Mato Grosso do Sul. Apenas isso. Voto sim, agradecendo aos colegas que votam favorável ao projeto.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, às vezes eu penso que estou na Idade Média. Parece que estamos na idade das trevas, precisa haver um novo Iluminismo na História para nos elucidar a verdade dos fatos. A História, deputada Mara, foi escrita por homens, na perspectiva dos homens, e ela tem um viés machista, patriarcal. Eu parableno Vossa Excelência pelo projeto, porque ele possibilita aos alunos ter uma formação noutra perspectiva, na perspectiva do olhar das mulheres, mulheres que fizeram história e muitas vezes ficaram no anonimato. Muitas mulheres foram caladas na história, foram invisibilizadas, não puderam fazer parte dessa história oficial que está aí, que muitas vezes não retrata bem as coisas. A mulher muitas vezes foi relegada ao espaço doméstico, impedida de ter uma participação na vida pública, essas mulheres fizeram a diferença em muitos eventos da nossa história, que não são conhecidos. O projeto de Vossa Excelência nos dá a oportunidade de conhecer a influência e a participação das mulheres... E essas mulheres que ficaram no espaço doméstico também têm a sua importância; imaginem se as mulheres cruzassem os braços e dissessem nós vamos fazer greve, não vamos cozinhar mais, não vamos lavar, não vamos cuidar dos filhos... O que que aconteceria? O mundo pararia. Então é muito importante reconhecer a participação das mulheres na política, na História, o quanto elas influenciaram nos movimentos



sociais, e o projeto de Vossa Excelência dá essa oportunidade. Parabéns, deputada Mara, e que possamos sair o quanto antes dessa idade das trevas que o governo passado nos relegou. Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Rafael Tavares?

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Declaração de voto, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Primeiro queria dizer que Deus nos livre outra Revolução Francesa, que arrancou a cabeça de duzentas mil pessoas. É duro ter de ouvir aqui que a gente quer o Iluminismo de novo...

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — E o Nazismo também matou muita a gente.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — A gente não quer nazismo nem iluminismo. Mas voltando à declaração de voto, eu queria dizer o seguinte, a preocupação com esse projeto, presidente, é quais serão as referências dos professores dentro da sala de aula. Por exemplo, eu denunciei aqui o caso de uma professora de matemática que estava falando que na polícia e no Exército só havia maconheiro, bandido... Professora de matemática!... Então a minha preocupação é dar liberdade para certos professores se valerem da atenção cativa dos alunos para fazer a apologia da ideologia deles. E se a referência dessa professora for a Simone de Beauvoir, que defendia a pedofilia?!... E se for a Marilena Chauí, que odeia a classe média? Ou a Márcia Tiburi, que defendeu o assalto? Se a referência feminista dessa professora for essa, ela vai influenciar a cabeça dos alunos de forma ideológica! Então essa é a nossa preocupação; eu entendo a boa intenção do projeto de defender as mulheres, porém dar essa liberdade aos professores é muito perigoso e por isso voto não.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?



**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Senhor presidente, eu vou votar favorável com o maior prazer, mas não concordo com a colocação do meu colega Pedro Kemp. Porque se as mulheres pararem de cozinhar, fique sabendo Pedro Kemp, fiquem sabendo todos que hoje há cozinheiros extraordinários! Então nós não vamos parar de comer, porque os homens também sabem cozinhar, sabem lavar, sabem passar, depende do berço, da criação. Mas eu voto favorável.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, a bancada governista hoje está desfalcada do líder e do vice-líder. Portanto eu me oriento no meu voto pela principal liderança que o PT tem na Casa, que é o deputado Pedro Kemp. Voto sim, concordando em gênero, número e grau com o pronunciamento que o deputado Pedro Kemp proferiu. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Declaração, senhor presidente... Eu sou autor de uma lei, a Lei Maria da Penha Vai à Escola, como disciplina transversal, disciplina que ministra noções básicas da Lei Maria da Penha. Porque num estado e num país, deputado Pedro Kemp, tão machista como o nosso — ontem lamentavelmente tivemos a sétima vítima, a Karolina, uma menina de vinte e poucos anos —, toda disciplina que venha a somar nesse dique de contenção, ainda que transversalmente, que permita ao professor ter a autonomia, a liberdade de discutir esse tema da promoção da tolerância, da paz, do amor ao próximo, qualquer disciplina assim é bem-vinda. Nesse sentido, voto sim, cumprimentando a deputada Mara pela iniciativa.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e dois contrários, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Projeto de Resolução nº 004/2023. Autor: Mesa Diretora, em coautoria com a deputada Mara Caseiro, deputados Junior Mochi, Londres Machado, Marcio Fernandes e Pedrossian Neto. "Altera e acrescenta dispositivos ao Anexo da Resolução nº 65 do Regimento Interno desta Casa."... A



Comissão de mérito vai proferir seu voto em plenário, é isso?... Com a palavra, o relator, deputado João Mattogrosso.

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (PSDB) — Obrigado, senhor presidente. Este deputado avocou o Projeto de Resolução nº 004/2023, de autoria da Mesa Diretora e outros. Como Vossa Excelência mesmo já adiantou, a ementa altera e acrescenta dispositivos ao Anexo da Resolução nº 65, de 17 de dezembro de 2008, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Cuida-se de projeto de resolução de autoria da Mesa Diretora e outros deputados, cuja finalidade é alterar dispositivos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a fim de admitir e regulamentar a participação dos deputados estaduais nas sessões plenárias de forma remota. Desde o início da pandemia da Covid-19, foi possibilitada a participação remota dos parlamentares nas reuniões plenárias da Assembleia Legislativa, visando com isso a possibilitar o pleno desenvolvimento dos trabalhos legislativos, mesmo durante o período pandêmico. Importante assinalar que a participação remota dos trabalhos legislativos deve ser tratada como exceção, priorizando-se sempre a presença do deputado em plenário. Além disso, a proposta ainda prevê que o parlamentar, mesmo em participação remota, deve preservar o decoro e a adequação de vestimentas, tal como exigido em plenário, senhor presidente. Assim, tem-se que a proposta apresentada é importante e vem ao encontro das necessidades do nosso Parlamento, razão pela qual emito parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 004/2023. Ato contínuo, passo a coletar os votos dos membros da comissão. Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (relator - PSDB) — Deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Voto sim.

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (relator - PSDB) — Deputado Junior Mochi?.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Voto sim.

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (relator - PSDB) — Deputado Roberto Hashioka?.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Voto sim.

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (relator - PSDB) — Aprovado por unanimidade. Devolvo a palavra ao presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado por unanimidade pela comissão de mérito. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.



Projeto de Resolução nº Lei nº 04/2023, de autoria da Mesa Diretora e outros.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-Secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente... Queria dizer do avanço que tivemos, apesar da pandemia, com as sessões on-line. Foi justamente a pandemia que ensejou as sessões remotas, foi isso que nos possibilitou dar seguimento ao nosso trabalho. Agora avançamos mais um pouco com essa regulamentação que nos permite fazer as sessões híbridas, com a possibilidade de o deputado — e isto foi construído de comum acordo com os deputados da Casa —, quando necessário, atuar de forma remota, como é na Câmara Federal, como é no Senado. E Vossa Excelência me autorizou também a fazer um estudo sobre o uso de um aplicativo, como se faz na Câmara Federal — nosso setor de tecnologia de informática está estudando o assunto —, um aplicativo que permita ao deputado, mesmo remotamente, mesmo não podendo aparecer, entrar e fazer sua votação pelo telefone celular. Acho que é importante o progresso e o desenvolvimento da Casa. A propósito, hoje, percebendo que eu estava assinando todas as indicações dos senhores deputados, inclusive as do campeão, que me deixa com a mão doendo, que é o Rafael Tavares, Vossa Excelência, presidente, me autorizou a estudar também com a tecnologia de informática e com o Fábio Camilo, nosso consultor aqui, nosso secretário, a possibilidade de começarmos a usar papel zero... Então as indicações, seu Zé Teixeira, que a secretaria tem de encaminhar, daqui para a frente nós vamos assiná-las eletronicamente. O Fábio Camilo vai dar uma estudada no assunto, o



presidente nos autorizou a tomar essa providência. De modo que a Casa está prosperando e quero votar sim com certeza, porque isso é um progresso muito grande para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo? Como vota o deputado Rafael Tavares?

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Senhor presidente, eu ouvi com atenção o comentário do meu primeiro-secretário Paulo Corrêa. Eu tive a oportunidade como primeiro-secretário (ele, presidente) de participar de desse avanço que tivemos aqui com as sessões remotas. Há poucos dias, quando se foi regulamentar a situação, eu tomei a liberdade de propor essa alternativa, porque facilita para a gente que não reside em Campo Grande, a 250 quilômetros. Pelo menos duas sessões por semana estou vindo ao plenário, e às quintas estou preferindo fazer a sessão remota. Só que o voto é individual, aqui somos em vinte e quatro parlamentares. Nós temos, ou tínhamos, uns blocos onde quem vota não é o líder. Na Câmara Federal vota o líder, como porta-voz de sessenta, setenta, seja partidariamente, seja por bloco, de maneira que muitas vezes nem chega a haver voto eletrônico, o voto é em plenário — vota o bloco. É "como vota o PMDB?"; vota o PMDB e esse voto representa todos os deputados do PMDB... Como vota o PSDB? Como vota o bloco tal? E assim por diante: vota-se por bloco. E aqui não, aqui o voto é pessoal, é de cada parlamentar. Mas eu voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?



**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado por unanimidade o projeto. Vai ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 059/2023. Autor: deputado Rafael Tavares. "Altera o Projeto de Lei nº 59/2023 para promover a adequação de termos e nomenclaturas ambíguas e inadequadas, assim como a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Pelé."

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Gostaria de pedir vista desse projeto para analisá-lo melhor.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência tem esse direito e esta presidência lhe concede vista do Projeto nº 59/2023. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 076/2023. Autor: Deputado Pedro Kemp. "Dispõe sobre ações que visem a promoção da educação, prevenção e combate das notícias falsas (fake news) no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências."

**DEPUTADO MARA CASEIRO** (PSDB) — Senhor presidente, eu gostaria de pedir vista deste projeto.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu ia até registrar que há também uma mensagem da deputada Lia Nogueira no mesmo sentido... Gostaria de saber se essa vista pode ser compartilhada, porque a deputada Lia parece que também gostaria de examinar o projeto [*fala fora do microfone no plenário*]... OK. Concedo vista para Vossa Excelência por vinte e quatro horas. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 085/2023. Autor: deputado Jamilson Name...



**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente. Gostaria de pedir vista do projeto do deputado Jamilson Name, para poder entendê-lo melhor, quem sabe até propondo alguma emenda.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Eu vou debater esse projeto, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Mas há pedido de vista do deputado: não vou nem abrir para debate agora.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Ah, sim. Eu pensei que já estávamos nas Explicações Pessoais... Vou debater fake news.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — O Item 4 está com vista para a deputada Mara e o Item 5, vista ao deputado João Mattogrosso. Item 6. Em discussão única e votação simbólica: 2 requerimentos, 65 indicações, 6 moções de aplauso. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 7. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Zé Teixeira, em razão do falecimento do senhor Acileu Azambuja Brum. Proposta pela deputada Gleice Jane, em razão do falecimento da senhora Karolina Silva Pereira. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Senhor presidente, eu ia fazer declaração de voto mas não deu tempo... Só queria parabenizar esta Casa pela iniciativa de aprovar essa alteração no Regimento na questão das sessões remotas. Esse trabalho que veio com a pandemia tornou-se uma tendência em nível mundial, a gente acompanhou isso *pari passu* na Unale, sempre apoiando as casas legislativas; foi uma dificuldade muito grande nos estados e nós tivemos de nos reinventar. Muito oportuna essa possibilidade de o parlamentar estar em plenário ou então, por motivo de força maior, participar também remotamente. Eu estou em tratamento de saúde, estou com a imunidade muito baixa, estou inclusive proibido pelo médico de estar presente aí, e se não fosse a facilidade do trabalho remoto eu já teria faltado a três sessões seguidas. Felizmente estou podendo participar das sessões de maneira remota, votando pelo Mato Grosso do Sul, assim como a deputada Lia, a deputada Gleice, que estão em Dourados, o deputado Renato Câmara, também em Dourados... Assim o parlamentar pode estar visitando as suas bases no interior e participando das sessões, de modo a não atrapalhar o regular andamento dos trabalhos. Então parabéns a esta Casa pelas alterações no Regimento! Para Vossas Excelências terem uma noção, antigamente eu saía para uma reunião da Unale num voo às cinco horas da manhã, chegava por volta das seis e meia em Brasília, ia para a reunião às dez; onze horas acabava a reunião, deputada Gleice, a gente almoçava e ia para o

aeroporto e lá tinha de aguardar até as vinte o voo de retorno. Ou seja, despendia-se um dia inteiro para fazer uma reunião de uma hora. Agora convocamos parlamentares do Brasil todo, em quarenta minutos faz-se a reunião, em nível nacional, sem custo, sem problema e com otimização do tempo. Então isso foi um bem, uma coisa boa que ironicamente, e felizmente, a pandemia trouxe para as nossas vidas. Muito obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca. Transferida. Deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Eu ia falar nas Explicações Pessoais, mas vou deixar para outro dia tendo em vista que os deputados se retiraram, e eu queria falar principalmente para os bolsonaristas. Em todo caso, quero assinalar que os bolsonaristas estão fazendo um terrorismo na cabeça das pessoas, inclusive usando redes de divulgação de fake news para confundir os deputados nesta Casa sobre o projeto das fake news. Confundir! É isso que essas redes bolsonaristas fazem o tempo todo. Estão confundindo o meu projeto com o da Câmara dos Deputados. Faz uma semana que estou recebendo mensagens dum tal de MS Conservador, de uma tal de Rede Endireita MS, "MS das Trevas", "MS da Idade Média", "MS do Atraso", essa gente toda me mandando mensagem me dizendo vote contra o projeto de lei número tal... que é o da Câmara! Eu não sou deputado federal para votar naquele projeto em Brasília. Então estão fazendo confusão, divulgando mentiras, e há deputado aqui inseguro: Eu voto...? não voto...? Por quê? Porque está sendo vítima de fake news. Então eu ia fazer esse debate aqui, mas queria olhar nos olhos dos deputado bolsonaristas, que estão fazendo esse desserviço de confundir as pessoas e de divulgar notícias falsas. Falsas! Mais uma vez fica comprovada a necessidade da aprovação desse projeto, senhor presidente. Então na próxima sessão eu faço esse debate, se houver a oportunidade. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Oportunidade, Vossa Excelência terá, com certeza. Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — sem revisão do orador — Muito obrigada. Bom dia, senhor presidente. Eu gostaria aqui de colaborar com esse debate das fake news, porque é importante compreender o processo. Estou acompanhando o debate na Assembleia, hoje bastante acalorado, inclusive sobre o projeto também da deputada Mara que diz respeito às mulheres. Esse debate das fake news nos faz refletir bastante sobre o que é verdade e o que não é verdade, e eu estou percebendo que os parlamentares estão com dificuldade para saber quando é verdade e quando é mentira. O projeto do deputado Pedro Kemp trata apenas de orientação, ele não está proibindo nada, está justamente dizendo que temos de ter um processo educativo sobre as fake news, para não cometermos fake news: ele não está punindo ninguém, não está proibindo. Acho que o momento é de combater as fake news, a gente precisa ler, precisa pesquisar... Então sugiro aos colegas que façamos uma leitura do projeto, vamos identificar quais artigos representam alguma dificuldade para o entendimento. Inclusive o projeto está em perfeita consonância com todo o debate travado aqui hoje



pelos colegas. De forma que precisamos fazer uma leitura atenta do projeto para compreendê-lo em profundidade, senão estaremos votando contra um processo educacional, correndo o risco inclusive de fazer um voto fake news, e isso é muito sério. Quanto ao projeto da deputada Mara, não pude falar no momento certo, mas gostaria de dizer que é importante esse projeto que fala da história das mulheres, e acho muito ruim esse argumento de perguntar quais mulheres serão apresentadas na história, até porque nós mulheres somos invisibilizadas em toda a história, é só pegar os livros de história da educação e ver não existimos nesse processo. São várias mulheres que deram uma contribuição importante nesse processo de construção da sociedade, mas no entanto são invisibilizadas. Por outro lado, nunca fizemos um debate aqui para saber quais são os homens que fizeram parte do processo educacional, cujo aporte é contado nos livros de história da educação. Então, como nunca fizemos esse debate, acho muito estranho que neste momento a gente queira saber quem são as mulheres que estão fazendo parte da história... Para contribuir com esse debate, eu gostaria de dizer que o feminismo é uma pauta da direita e da esquerda; a história das mulheres, a história do feminismo, é construída por mulheres dos diversos espectros ideológicos. Era isso, e semana que vem estarei aí presencialmente para continuarmos esse debate. Obrigada, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos e mais nada a tratar, esta Presidência dá por encerrada a presente Sessão. Obrigado pela paciência, pela presença, e até a próxima terça-feira (11h37min).